

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS COLONIZADOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Dilson Trennepohl¹
Cleiton Rodrigo Rauber²

Resumo

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar o processo de desenvolvimento de municípios localizados no noroeste do Rio Grande do Sul, colonizados no início do século XX, que enfrentam problemas para gerar emprego e renda suficientes para atender as necessidades de sua população. As transformações que ocorreram, relacionadas ao processo de modernização da agropecuária, provocaram êxodo rural e a falta de alternativas de trabalho urbano contribuiu para o fluxo migratório para outras regiões do Estado e do Brasil. Passado o período de movimentação mais intensa da população coloca-se o desafio de refletir sobre o desenvolvimento em sua dinâmica atual e perspectivas de futuro. Importa entender a natureza do processo, gerar alternativas de enfrentamento dos problemas atuais, visando a construção de possibilidades para quem escolheu permanecer e viver na região. O estudo está focado no município de São Paulo das Missões e suas características socioeconômicas, mas poderia ser feito em tantos outros municípios da região com dinâmicas semelhantes. Sua perspectiva metodológica procura analisar as principais atividades estruturantes da economia do município e identificar o potencial de contribuição de cada cadeia produtiva, enquanto alternativas de diversificação da base econômica, para um desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; potencialidades econômicas; êxodo rural.

Área Temática: **C. Localização e distribuição regional do desenvolvimento.**

INTRODUÇÃO

As regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, depois de várias décadas de conflitos, tiveram seu território ocupado por um contingente populacional enorme e com características surpreendentes. A remoção dos entraves burocráticos do período imperial, a criação de mecanismos legais como o Serviço de Terras e Colonização, bem como os novos recursos logísticos, representados pelas linhas férreas ligando o eixo Santa Maria - Cruz Alta - Passo Fundo, em 1894, foram fundamentais para viabilizar o processo de colonização da região. As terras da região dos Vales e da Serra (colônias velhas) já estavam praticamente ocupadas e o crescimento populacional exigia que se abrissem novas fronteiras para os filhos

¹Professor do Curso de Economia e do Mestrado em Desenvolvimentos da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: dilson@unijui.edu.br

²Bacharel em Economia formado no Curso de Economia da UNIJUI e Economista da Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões. E-mail: rauber.cleiton@gmail.com

dos colonos e para os novos imigrantes. Vários projetos de colonização estatais e privados foram realizados e floresceram no final do século XIX e início do século XX, permitindo uma massiva migração de colonos rumo às terras da nova fronteira agrícola. A criação das colônias oficiais de Ijuí (1890) e Guarani das Missões (1891) e das colônias particulares de Cerro Azul (1902), Ijuí Grande (1892), Vitória (1900), Erechim (1908), Buriti (1908), Timbaúva (1912), Boa Vista (1912) e muitas outras representou a consolidação do projeto de colonização na região, com a introdução de imigrantes europeus não ibéricos e de seus descendentes oriundos das colônias velhas.

Ao lado do latifúndio das áreas de campo onde predominava o sistema produtivo da pecuária extensiva que se consolidou durante o século XIX, constituiu-se uma ampla área de diversificada agricultura familiar, predominantemente minifundiária. Focados na produção agropecuária, em condições naturais pouco conhecidas, os agricultores desenvolveram sistemas de produção baseados no trabalho familiar e na fertilidade natural do solo. Seu desafio era o de produzir a subsistência da família, acrescida de um excedente comercializável para efetuar o pagamento das dívidas contraídas com a compra da terra e demais meios de produção.

A agricultura familiar, o comércio e a indústria foram as bases da estrutura de produção e de formação de grupos sociais no período compreendido entre o início da colonização da região da Grande Santa Rosa, sua ascensão econômica a partir da década de trinta e a crise na década de cinquenta. (ROTTA, 1999, p. 46).

Com uma estrutura fundiária em que, segundo os dados censitários, os estabelecimentos com área menor que 25 ha representavam 88% do total e ocupavam 70 % da área de terras e uma estrutura econômica em que o trabalho familiar representava 95% da força de trabalho ocupada no meio rural, uma nova sociedade regional passou a existir. Enquanto nas áreas de campo predominavam as estâncias de pecuária extensiva, com enormes glebas de terras e escasso povoamento, nas regiões de relevo mais acidentado consolidou-se um conjunto de núcleos coloniais com alta densidade demográfica (população rural) em terras antes cobertas de mato e consideradas de pouco interesse econômico. (FEE, 1981. p.221-228)

A falta de infraestrutura de transporte e comunicação forçou os colonos a diversificarem ao máximo sua produção, procurando garantir o suprimento de gêneros alimentícios e de primeira necessidade. O que não era produzido na colônia, como sal, querosene ou tecidos, só podia ser adquirido nos centros urbanos com acesso à rede ferroviária, como Erechim, Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo e Ijuí. Os produtos com

melhores possibilidades de comercialização eram o feijão, o fumo, o arroz, o trigo e a banha de porco.

O padrão de produção e consumo mostrou-se pouco sustentável a médio e longo prazo e as dificuldades econômico-produtivas já se explicitavam na década de 1950. O êxodo rural foi um fenômeno que veio a se desenrolar no Brasil a partir da década de 1960, com a introdução da mecanização no campo e com a expansão agrícola advinda da necessidade de ocupação de áreas até então pouco ocupadas, conhecidas como fronteiras agrícolas.

As regiões sul e sudeste passaram em maior escala este efeito evasivo, da chamada modernização conservadora, ocorrida principalmente com a introdução de inovações tecnológicas no campo não atingiu a totalidade dos produtores, apresentando algumas particularidades, conforme cita LAMARCHE (1993, p.183): “I) a propriedade fundiária permaneceu como elemento organizador indispensável à atividade agrícola, e uma grande parte dos agricultores não teve acesso a uma colheita mecanizada, (...) II) a questão social, problemas de distribuição de rendas e da marginalização da população rural”. A ressonância desta prática ocasionou um efeito migratório, que por sua vez gerou consequências que afetaram de forma direta e incisiva (econômica, social e politicamente) a vida de muitas comunidades camponesas e familiares.

Nas décadas seguintes (80 e 90), a situação em pouco foi modificada, sendo que o efeito do aumento da migração rural em direção aos grandes centros foi cada vez maior devido, principalmente, à vulnerabilidade ocasionada pela fragmentação das propriedades rurais, gerando fatores negativos também nos espaços urbanos. A partir do final da década de noventa, o governo passa então a procurar, através da elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, supervisionadas pelos órgãos administrativos responsáveis pelo setor, programas que visem favorecer a permanência do homem do campo na terra, valendo-se de conceitos do desenvolvimento rural sustentável.

No Rio Grande do Sul, assim como em outros estados, que possuem inúmeras cidades de pequeno porte, estas geralmente denominadas de interior do estado, as políticas e os programas acabam sendo ineficazes, em função de outros problemas que assolam os agricultores além dos acima citados. Nestas condições o município de São Paulo das Missões vem apresentando grandes dificuldades para encontrar caminhos alternativos para o seu desenvolvimento e continua registrando déficit populacional a cada ano, principalmente pela evasão das pessoas do perímetro rural e seu deslocamento para outras regiões.

Portanto, trata-se de um desafio para mais de uma centena de municípios da região que tiveram processos semelhantes de colonização e que estão diante do desafio de encontrar alternativas de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES

São Paulo das Missões, município que iniciou sua colonização por volta do ano de 1912, por um pequeno grupo de colonos de origem alemã, vindos da “Colônia Velha”, ou seja, das proximidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Adquiriram suas terras, em forma de “Colônias” em áreas de 25 hectares, do “Volksverein”, União Popular, entidade cooperativa que promoveu a colonização nesta região. Como área política, São Paulo das Missões na época integrava o Município de Rio Pardo, posteriormente São Borja, São Luiz Gonzaga e por fim o município de Cerro Largo.

Conforme NEDEL (S/D), alguns meses após a chegada dos três pioneiros, chegaram também outros colonos. Apresentavam-se como pessoas pobres, predominantemente solteiras, vindas das Colônias Velhas, especialmente da região de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Lajeado, Estrela, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Efetivamente o marco inicial da arrancada da colonização e desenvolvimento começou a partir do ano de 1912, quando foram criadas a comunidade católica e a primeira escola paroquial. Com o passar do tempo, seja por influência de outros estilos ou por adequação econômica, as casas e demais construções foram tomando forma e aspectos diferentes.

Já em 1942 consolidou-se como povoado e neste mesmo ano se tornou sede paroquial. A partir de janeiro de 1959, passou à categoria de Distrito. Em 1960, foi inaugurado o Hospital de Caridade São Paulo, com 2.960 m² de área construída. Em 1964, São Paulo das Missões recebeu os benefícios da energia elétrica, foi quando então iniciou a campanha de emancipação do município. NEDEL (S/D, p. 54) bem coloca que “se o início da colonização foi difícil, não muito diferente foram os trabalhos da emancipação”, destacando que esta foi uma importante conquista, já que a partir deste momento verificou-se uma arrancada para o desenvolvimento do município.

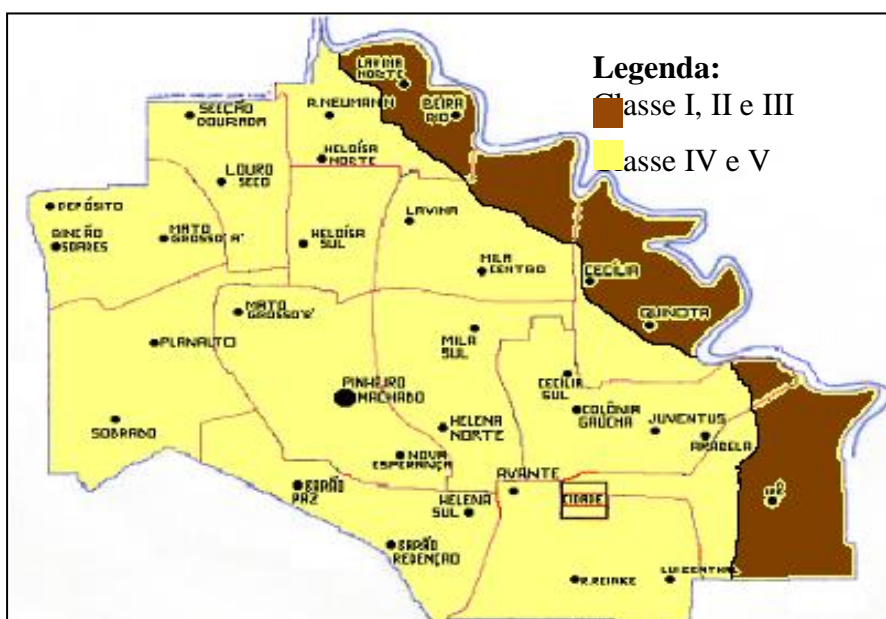
A emancipação do município efetivou-se através da Lei Estadual N° 5.205 de dezembro de 1965, desmembrando-se assim do município de Cerro Largo, e a instalação oficial ocorreu em 06 de maio de 1966. Nesta época, o município contava com uma população de pouco mais de nove mil habitantes, sendo que destes, apenas 5% era do meio urbano, ou seja, 95% da população estavam no meio rural.

O município de São Paulo das Missões está localizado a cerca de 550 km de Porto Alegre, situando-se na região do noroeste gaúcho. Sua sede está localizada na latitude 28°01'17" sul e na longitude 54°56'10" oeste e uma altitude de 157 metros em relação ao nível do mar. Possui uma área territorial de 224 km² (IBGE, 2010) e uma população de 6.367 habitantes (IBGE, 2010).

No início da colonização do município havia abundância em florestas e, conseqüentemente, solos férteis que deram origem a uma agricultura extrativista e que não se preocupava com a conservação dos recursos naturais, principalmente com a questão de conservação de solo. No entanto, o aumento da população e a crescente demanda por alimentos provocaram a abertura de novas áreas agrícolas, acelerando o processo de retirada dessa cobertura original. O uso sistemático de práticas inadequadas, como o desmatamento indiscriminado, as queimadas e a excessiva mobilização do solo, contribuíram para degradação das terras do Município. O solo está intensamente comprometido pela ação da erosão e as culturas respondem menos à aplicação de corretivos e fertilizantes, com isso o produtor está obtendo baixa produtividade.

De acordo com Escritório Municipal da EMATER, existem limitações importantes para a agricultura no município, pois as maiores concentrações dos estabelecimentos rurais encontram-se localizados nas classes de solo IV e V.

Figura 01: Características do Solo em relação à Divisão Administrativa Municipal



Fonte: Escritório Municipal da EMATER, São Paulo das Missões, 2000.

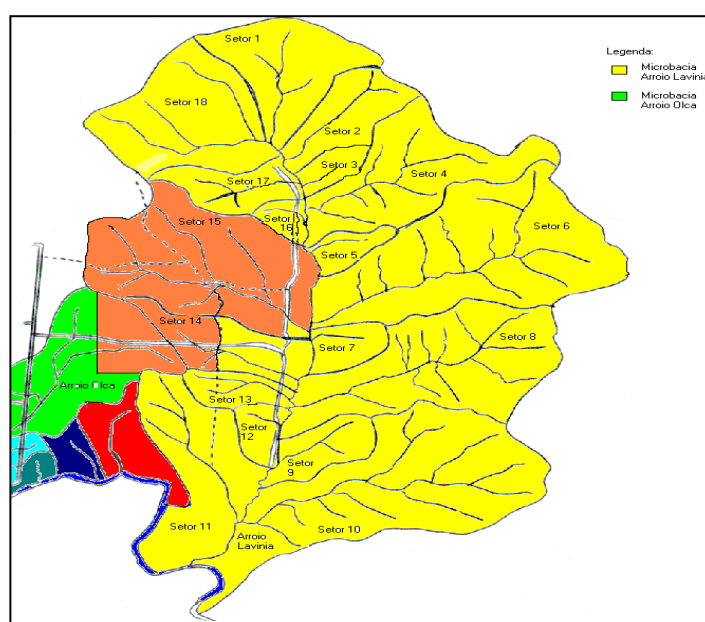
As Classes I – II – III ocupam uma área de 5.340 ha ou 28,8% da área total, sendo terras próprias para culturas anuais mais intensivas, solos chamados de Latos Solo Santo Ângelo, aptos para cultivo com práticas de conservação do solo.

A Classe IV ocupa uma área de 8.918 ha ou 48,1% da área total do Município – associação dos solos neossolo rigolítico + cambissolo – são áreas que possuem pedras na superfície e declividade média ou acentuada, aptidão para fruticultura, pastagens e reflorestamento. São solos em formação que apresentam fragilidade quanto à degradação e limitações severas permanentes. São impróprias para utilização com culturas anuais, entretanto, podem ser usadas com culturas permanentes protetoras do solo, como culturas em faixas acompanhadas de práticas intensivas de conservação e manejo de solo.

A Classe V ocupa uma área de 4.283 ha ou 23,1% da área total do Município, com solos não apropriados para a agricultura. São solos rasos com afloramento de roxas e montanhosos – associados dos chamados neossolo rigolítico + neossolo litólico + cambissolo – constituindo áreas recomendadas para preservação permanente.

No que diz respeito a água, o município é privilegiado pela sua bacia hidrográfica, sendo as águas absorvidas na bacia do Rio Uruguai, pelas sub-bacias do Rio Comandaí que são abrangidos pelos setores do Rio Luizenthal, Rio Butia, Dançarino e Rio Lavina, compreendendo uma área do município de 85%. Também abrangida pela sub-bacia do Rio Ijuí, compreendendo uma área territorial do município de 15%. O Rio Lavina é a maior microbacia hidrográfica em ocupação de área.

Figura 02: Mapa das micro bacias do município de São Paulo das Missões



Fonte: Escritório Municipal da Emater, São Paulo das Missões, 2000.

A flora segundo estatísticas da EMATER, já esteve bastante devastada, principalmente nas comunidades onde o uso da mecanização era mais intenso e a topografia do terreno é plano ou levemente ondulado. Nas comunidades onde ocorre uma topografia montanhosa existe uma porcentagem maior de mata nativa, onde se percebe também que de uma forma mais acelerada está sendo feito o reflorestamento com espécies nativas ou plantas exóticas, como eucalipto, uva japonesa e pinus.

A cobertura com mata nativa no município, que no início da colonização era em torno de 60% do território, chegou a ser reduzida para algo em torno de 20%. Atualmente, de forma especial as áreas montanhosas, onde a utilização de máquinas para o cultivo de produtos agrícolas é extremamente difícil, estão sendo abandonadas pelos agricultores e retomadas pela flora natural que automaticamente se encarrega de reflorestá-las lentamente.

2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

São Paulo das Missões, também conhecida carinhosamente como “*Cantão Suíço das Missões*”, por sua semelhança geográfica com a Suíça, é um município em que a Cultura Alemã e Gaúcha se fazem muito presentes, sendo que o suporte da economia do município é basicamente a agricultura, o que pode ser evidenciado quando são feitos os comparativos entre população urbana e rural. A população rural, ainda hoje, corresponde a mais de 60% da população total do município e ocupa 190 km², do total de 224 km² de área territorial, que são destinados as atividades agrícolas (NEDEL, S/D).

A economia do município é baseada, principalmente, na agricultura familiar. Conforme dados disponibilizados no relatório do Escritório Municipal da EMATER (EMATER, 2011) os sistemas de produção são bem diversificados, destacando-se como principais: leite, suinocultura, soja, milho, fumo, hortifrutigranjeiros, fruticultura e a pecuária com gado de corte. A agricultura faz uso de recursos naturais como a água e a terra para prover o ser humano de serviços, como alimentos e roupas. É uma das mais importantes atividades antropogênicas, sendo que sua realização correta e eficiente é crítica para o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade e até mesmo de um país.

A estrutura da produção está voltada para produção de matéria prima. A cultura do milho, soja e trigo, são destacadas por terem a comercialização e a armazenagem no município. Já o leite, suínos, fumo, fruticultura e hortigranjeiros dependem de estruturas de comercialização de fora do município. Os níveis tecnológicos utilizados para a produção de milho, soja, hortigranjeiros e fruticultura são baixos, os quais podem ser identificados pelas médias históricas de sua produtividade por unidade de área ou de trabalho.

A produção de grãos que contempla um grande número de famílias, no entanto a maioria possui limitações nas práticas de manejo adequado do solo com ações de cultivo de plantas recuperadoras, conservação do solo, rotação de culturas, adubação, população de plantas, tratamentos fitossanitários e armazenagem. As atividades que possuem maior nível tecnológico são na produção de leite e suinocultura apresentando bons resultados técnicos.

Lentamente está se verificando a conscientização voltada para a diversificação de cultivos que está sendo introduzido no meio rural, principalmente pela produção de hortifrutigranjeiros. A diversificação de culturas é um conceito bastante amplo, podendo incorporar desde o cultivo simultâneo de culturas num mesmo período até a sucessão de diferentes cultivos em períodos diferentes numa mesma área. Por esta razão, torna-se difícil generalizar os fatores econômicos que interferem na adoção e resultados econômicos da diversificação de culturas. Por exemplo, as sucessões de culturas anuais de espécies diferentes, embora permitam um melhor aproveitamento do solo, geram custos associados à intensificação do uso dos recursos produtivos, como maior uso de máquinas, fertilizantes, defensivos e outros insumos e mão-de-obra.

O leite é a principal fonte de renda para a manutenção da família e está pode ser melhorada através do aumento da produtividade, com práticas de melhoria das condições do solo, formação de pastagens permanentes, adoção do pastoreio rotativo, utilização da inseminação artificial e na melhoria da qualidade do leite. Neste sentido está sendo realizado um trabalho através da implantação de pastagens, silagem e melhoramento genético através da inseminação artificial.

A produção do município pode ser comercializada em estabelecimentos comerciais locais ou regionais. Os estabelecimentos comerciais voltados ao setor agropecuário adquirem produtos como soja, milho, trigo e outros; por outro lado fornecem todos os insumos agrícolas para a implantação de lavouras, calcário, ureia, adubos corretivos, adubos de manutenção. Além disso, têm grande influência no setor agropecuário pela comercialização de produtos agrícolas e insumos. Como estabelecimentos comerciais locais, que atuam neste sentido, pode-se citar: COTRISA; AGROPECUARIA PAULISTANA; COMERCIAL SCHONS; CAMERA. Outros estabelecimentos comerciais locais, que também atuam no setor agropecuário: SERRARIAS; NESTLÉ; COOPERIPÊ; AFAMILA – CONSERVAS; COOPEAGRIL.

Além dos estabelecimentos locais, os produtores também comercializam com estabelecimentos regionais, dos quais se pode mencionar: AVIPAL – Campina das Missões, Roque Gonzáles e Cerro Largo; BOM GOSTO – São Pedro do Butiá; DIMON – Santa Cruz

do Sul; SOUZA CRUZ – Santa Cruz do Sul; UNIVERSAL TABACOS – Santa Cruz do Sul; COOPERBUTIÁ – São Pedro do Butiá; COOPLEITE – Salvador das Missões; COTRIROSA – Porto Lucena e Campina das Missões; COOPEROQUE – Salvador das Missões; CAMERA – Santa Rosa.

Assim como os estabelecimentos comerciais, os estabelecimentos de crédito também são extremamente relevantes na manutenção da economia saudável do município, bem como dos produtores rurais, já que estes fornecem financiamentos agropecuários, bem como o fomento comercial, de modo a oferecer condições para a implantação de projetos de custeio e investimento: Banco do Brasil S.A; Banrisul; Sicredi; Cressol; Banco Postal – Correios/Bradesco.

3 – O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES

O município de São Paulo das Missões está localizado em uma região caracterizada especialmente por apresentar uma estrutura fundiária com presença de pequenas propriedades e uma matriz produtiva baseada na especialização, tanto da suinocultura, como da bovinocultura leiteira. Por seu relevo mais acidentado e estrutura fundiária reduzida, a área média dos estabelecimentos é de 11 hectares. Destaca-se ainda, que somente 1% dos estabelecimentos tem mais de 100 hectares, cuja faixa apresenta a maior área ocupada pela produção mista entre lavoura e pecuária.

A agricultura familiar vem passando por vários debates nos últimos anos em muitas áreas de pesquisa. Porém, percebe-se a fundamental importância desta para a sociedade, já que destaca-se na produção de alimentos, distribuição de renda, de terra (70% dos estabelecimentos do Brasil), além da geração de empregos. Sendo uma das grandes atividades responsáveis pelo desenvolvimento local de muitos municípios.

Segundo Lima (2001), é preciso reconhecer e compreender as particularidades da agricultura familiar e as atividades administrativas dentro destas unidades de produção. Segundo este autor não existe administração sem que haja utilização racional de recursos, que no caso das unidades de produção familiar deve se considerar não só objetivos, mas também a situação e como ela é percebida pelo agricultor num determinado momento.

As particularidades das condições sociais, econômicas e políticas, sobre as quais a agricultura familiar tem-se desenvolvido definem um campo de possibilidades e objetivos de atuação específicos para os agricultores. Isso determina uma racionalidade administrativa própria, distinta da racionalidade típica das grandes organizações e das empresas. A racionalidade da agricultura familiar baseia-se, entre outras coisas, numa estratégia voltada

para garantir a segurança alimentar da família, minimizar riscos e aumentar a renda total da família ou por unidade de trabalho. Também busca garantir o emprego da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção, mesmo que isso nem sempre represente a melhor opção de remuneração do capital investido e a maximização dos lucros.

Com as transformações mundiais em curso a agricultura familiar também se modificou. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade.

São Paulo das Missões, como a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul, aderiu a modernização da agricultura com seu pacote tecnológico. Conseqüentemente aconteceram mudanças nas técnicas de produção, como a adoção da monocultura extensiva, o uso de insumos químicos, a mecanização e as sementes híbridas ou mesmo transgênicas. Ou seja, modernizou a produção sem considerar as características das estruturas agrárias. E com isso, aumentou a pobreza, o desemprego, a degradação do meio ambiente e o êxodo rural na maior parte das regiões agrícolas.

A adoção das culturas empresariais, predominantemente soja e trigo, na área de estudo trouxe, também, o uso intenso de agrotóxicos e conseqüente poluição do solo, do ar e da água, a devastação, quase total, das florestas, incluindo as matas ciliares, pois estas culturas necessitam de grandes extensões de terras. A erosão do solo, devido às práticas inadequadas em áreas de grande fragilidade, afetando os cursos dos rios através do assoreamento e solapamento. Mas não somente os recursos naturais foram atingidos, também, muitos agricultores perderam suas terras ao sistema financeiro e as máquinas substituíram muita mão de obra, causas que provocaram grande êxodo rural, principalmente dos jovens.

Este modelo de desenvolvimento, visando somente o resultado econômico imediato, sem um planejamento estrutural, ignorando a necessidade de um desenvolvimento sustentável para os recursos naturais, resultou em graves problemas a serem superados pela administração pública local, tanto no que se refere à forma do agricultor praticar as atividades econômicas no meio rural quanto a infraestrutura urbana, principalmente o saneamento básico.

São Paulo das Missões sofre intensamente com tais mudanças, que tem provocado a diminuição drástica da população agrícola. Como os solos não são mais tão produtivos como eram nos anos 1960, os agricultores necessitam alterar suas atividades agrícolas na busca do desenvolvimento rural visando, principalmente a sustentabilidade socioeconômica. Neste sentido, uma alternativa poderia ser a agroindustrialização familiar, que além de agregar valor

a produção de sua propriedade, dará condições dignas de vida no campo, com geração de dezenas de empregos diretos e indiretos, mesmo que sazonalmente.

A agroindustrialização da produção agropecuária familiar, justifica-se também no município, pois é crescente a presença de produtos de origem animal e vegetal provenientes de outras regiões do Estado e do país. Que além de transferir a renda da população rural e urbana diminui visivelmente o capital de giro municipal-regional, deixando um espaço restrito para o desenvolvimento das mesmas.

A agricultura familiar tem suas raízes no campesinato, principalmente em sua forma social. Com grande destaque nas relações propriedade, trabalho e família. Porém, diferencia-se na relação econômica e isso principalmente por consequência da modernização que o setor agropecuário sofreu na história brasileira. Deste modo, poder-se-ia afirmar que a agricultura familiar modifica-se conforme a sociedade se transforma.

Na definição de agricultura familiar admite-se um conceito genérico com uma diversidade de situação, como afirmou Hugues Lamarche (1993): “A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

No contexto da Agricultura Familiar, onde geralmente encontra-se uma diversificação produtiva, dificilmente poder-se-ia isolar uma das atividades produtivas de tal forma que esta não interferisse ou sofresse intervenções de outras cadeias. Cientes deste fato, os agricultores familiares estão constantemente na busca pelos melhores arranjos produtivos, pelas melhores interações entre as diversas atividades.

Fato importante a ser considerado, segundo Lima (2001), é a racionalidade administrativa das unidades de produção familiar, que possuem uma estratégia voltada para garantir a segurança alimentar da família. Neste processo almeja-se também minimizar riscos, aumentar a renda total da família e por unidade de trabalho, garantir a ocupação da mão-de-obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção. Mesmo que isso nem sempre represente a melhor remuneração do capital investido e a maximização dos lucros. Diferentemente das unidades de produção agropecuária empresarial que baseiam sua administração no preceito do maior lucro.

Por outro lado, vale destacar o aspecto de que nas lavouras onde utilizam grandes quantidades de máquinas é preponderante a presença masculina na condução das operações. Dessa forma, nos espaços locais fica difícil oferecer condições mínimas para absorver a mão-de-obra feminina. Assim, muitas mulheres acabam por migrar em busca de oportunidades de trabalho e das estruturas de ascensão social (escolas, universidades, centros de formação) que, não necessariamente, se encontram nas “cidades rurais”. O mesmo vem acontecendo com os

jovens residentes no campo e nas pequenas localidades da região. A população vem diminuindo gradativamente de 2001 até 2009, sendo que o número de mulheres se mantém inferior ao masculino ao longo dos anos.

É diante de fatos como a hegemonia da pecuária extensiva de baixos indicadores zootécnicos e reduzida capacidade de geração de empregos e ocupação para a população local, assim como uma estagnação fruto da escassa diversificação das atividades produtivas, inserida num contexto historicamente marcado pelo êxodo rural. Reforçando, assim, uma tendência à concentração fundiária e à exclusão social que caracterizam algumas das chaves explicativas para entender a extensão de fenômenos como o declínio demográfico desse município, o elevado índice de masculinização e o envelhecimento populacional. Somam-se a estes, altas taxas de analfabetismo e de precariedade dos serviços sociais disponibilizados pelo poder público municipal à população.

Pode-se verificar que no ano de 2010 as pessoas com 60 anos ou mais de idade somavam 1.139 indivíduos, enquanto que em 2000 esse número era de 936. Se for levado em consideração que neste período a população diminuiu de 7.187 pessoas em 2000 para 6.364 em 2010, percebe-se nitidamente o envelhecimento populacional. Ainda tomando como base a tabela 1, outras considerações podem ser propostas, para tanto, foram considerados os anos extremos como base, 2000 e 2010.

Tabela 1: População de São Paulo das Missões, por Idade e Sexo (2000 e 2010)

Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Faixa Etária						
De 0 a 19 anos	1338	872	1207	823	2545	1694
De 20 a 39 anos	1001	740	910	709	1911	1449
De 40 a 59 anos	910	1081	885	1003	1795	2084
De 60 anos e mais	411	531	525	608	936	1139
TOTAL	3660	3228	3527	3136	7187	6364

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Considerando a tabela 1, verifica-se inicialmente que a população de modo geral diminuiu como já foi constatado anteriormente. Em seguida se observa que a população masculina em idade altamente produtiva, ou seja, entre os 20 e 39 anos, também diminuiu, aumentando consideravelmente a população na faixa etária acima dos 60 anos, quando

inclusive se verifica uma maioria feminina. O que vem confirmar a questão do envelhecimento populacional e da feminização dessa faixa etária.

Entre os tantos motivadores e justificantes para esta alteração, encontra-se a condição de extrema rigidez de uma matriz técnico-produtiva excessivamente apoiada no desempenho de commodities ou de atividades com escasso nível de dinamismo. Torna-se difícil a incorporação de novas tecnologias além de não contribuir para o fortalecimento da estrutura de oportunidades de emprego e renda para o conjunto da população, como também é o caso da pecuária extensiva. Todos estes aspectos conspiram para conformar um quadro onde se tornam reduzidas as possibilidades de transformação a curto e médio prazo.

Até a metade do século XX os agricultores familiares produziam para subsistência, com policulturas. Tinham uma relação íntima com a natureza e produziam em pequenas roças. O produto excedente era comercializado, em alguns casos, nas casas de comércio das comunidades locais ou nas trocas com os vizinhos. A vida acontecia nas comunidades onde havia escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais para comprar roupas, remédios, ferramentas e alguns utensílios.

As técnicas agrícolas utilizadas eram o roçado, com instrumentos manuais e tração animal, chamado também de agricultura tradicional. A preparação do solo, o cultivo e a colheita eram fruto da experiência e passado de uma geração para a outra. Utilizavam como energia a água, o vento, o homem e o animal. Nesta fase, predominava a população rural e a expectativa de vida no meio rural era alta. Na cidade ou nas vilas a indústria não desenvolvia, havia apenas ferrarias, sapatarias, marcenarias e carpintarias.

Após a Segunda Guerra Mundial as propriedades mais antigas foram as primeiras a entrar em decadência, principalmente devido a repartição da terra por herança. Mas não demorou muito para a colonização mais recente também ser atingida. Os fatores que mais influenciaram na decadência da agricultura tradicional de São Paulo das Missões foram o esgotamento da fertilidade do solo, por uso excessivo de técnicas que desperdiçavam a preservação da natureza; a divisão das propriedades rurais por herança, agravado pelo fato de ter sido um dos últimos municípios a serem colonizados na região; falta de reforma agrária eficaz; baixos preços agrícolas, falta de políticas públicas e adoção de monoculturas em pequenas áreas. A crise acentuou-se no início dos anos 1960. E foi nesta hora de decadência e desesperança “que surgiu a alternativa da modernização da agricultura” (BRUM, 1988).

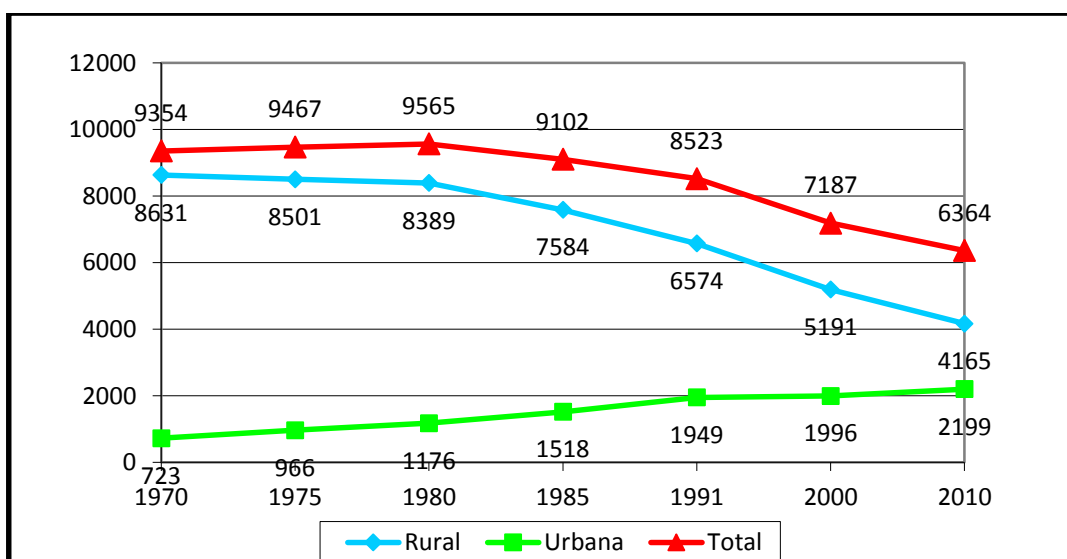
Com a modernização a agricultura se internacionalizou, ou seja, os produtores rurais dessa região estavam concorrendo, ao mesmo tempo, com agricultores da América do Norte, Europa, além de outras potências. De fato, essa foi uma das estratégias do capitalismo junto as

grandes indústrias (vendedoras de insumos) a comando das corporações transnacionais. Com a inserção do pacote tecnológico (modernização) ocorreu a modificação das técnicas de produção, conseqüentemente o uso intensivo de máquinas e insumos modernos, técnicas de cultivo do solo, colheita sofisticada, além da quimificação agrícola, ou seja, uso de defensivos e fertilizantes com química de síntese (BRUM, 1988).

Para tanto, começaram a surgir processos complexos e sofisticados de seleção biológica de plantas e animais de maior rendimento, e estas se enquadravam conforme os fatores abióticos de cada região. Trazendo graves problemas para a sustentabilidade da propriedade familiar, já que este programa estimulava a inserção da monocultura extensiva para a exportação. A fertilidade do solo se esgotou, além de que os agricultores se endividaram com compras de equipamentos que ocupavam apenas sazonalmente (máquinas subutilizadas). Esta fase da agricultura ficou conhecida como “Revolução Verde”, que segundo Brum (1988) modificou a produção sem alterar as estruturas agrárias.

Por causa disso, a população de São Paulo das Missões diminuiu a partir dos anos oitenta. Os agricultores que não foram para os grandes centros urbanos trabalhar nas fábricas de calçados migraram para outras partes do país (centro-oeste) ou até mesmo para o exterior (Argentina e Paraguai), a fim de continuar trabalhando na agropecuária. O restante dos agricultores, que permaneceram no município, sofreu pela falta de políticas públicas específicas, por constantes estiagens e pela diminuição da oferta de mão-de-obra, entre outros.

Gráfico 1: Evolução da População Residente de São Paulo das Missões 1970 a 2010



Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Conforme informações disponibilizadas pelo IBGE, com base no Censo 2010, residem no município 6.367 habitantes e aumenta constantemente a população urbana, que atinge em torno de 35%, ou seja, 2.199 pessoas residem na zona urbana. Considerando o Gráfico 1, elaborado com base nos dados do IBGE de 1970 a 2010, a população que atingiu 9.565 habitantes em 1980, dos quais 8.389 estavam no meio rural, passou a declinar em termos absolutos, a partir dos anos noventa, sobretudo a população rural.

São Paulo das Missões possui 224 Km² de extensão e existem cerca de 1.296 domicílios rurais, ou seja, a média da propriedade rural é de aproximadamente 11 ha. E nelas vivem aproximadamente três pessoas, com uma densidade demográfica de 28,4 hab./Km², segundo informações do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Um dos principais problemas do Território das Missões, local onde está inserido o município de São Paulo das Missões, atualmente, é a crise da agricultura familiar. O empobrecimento dos agricultores atinge diretamente o comércio e os serviços da região, assim como limita o próprio potencial de desenvolvimento sustentável. O modelo de desenvolvimento, centrado na monocultura da soja e pecuária extensiva, tem causado dificuldade à diversificação da produção agrícola regional, levando à concentração de renda nas mãos de poucos produtores. Esse fato exclui grande parte da população que, empobrecida, migra para as cidades e para outras regiões.

Esta estagnação é fruto da escassa diversificação das atividades produtivas, inserida num contexto historicamente marcado pelo êxodo rural e por um padrão que reforça ainda mais uma tendência à concentração fundiária e à exclusão social. É diante de fatos como este que se encontram algumas das chaves explicativas para entender a extensão de fenômenos como: o declínio demográfico como verificado anteriormente, o elevado índice de feminização e o envelhecimento populacional. Somam-se a estes, altas taxas de analfabetismo e de precariedade dos serviços sociais disponibilizados pelo poder público municipal à população. Além disso, há uma extrema rigidez de uma matriz técnico-produtiva excessivamente apoiada no desempenho de commodities ou de atividades com escasso nível de dinamismo.

Entre seus principais problemas se encontram os altos índices de desemprego, uma economia baseada na atividade agrícola de monocultura e concentradora e na pecuária com restrição a evolução tecnológica (centrada na produção de soja, gado de corte e leite), uma crescente concentração da população nas cidades e severos problemas ambientais urbanos. A estes, se soma uma escassa experiência participativa na Gestão dos assuntos públicos e uma

baixa capacidade de trabalho interinstitucional (Governos locais e sociedade civil) para a formulação de propostas de desenvolvimento.

Outro problema relevante que afeta o município de São Paulo das Missões, assim como também outros da região, é que o território é assolado por intensas estiagens, o que vem agravar ainda mais o quadro de pobreza. Embora os índices pluviométricos anuais para a região apresentem um bom volume, a região vem sofrendo constantemente os efeitos de estiagens em alguns meses do ano, principalmente no verão, de novembro a março, época em que o déficit hídrico compromete consideravelmente as culturas predominantes na região, como soja, milho, feijão, mandioca, etc.

Sabe-se que a renda dos agricultores está diretamente relacionada às suas produções, sejam estas de origem animal ou de plantios, de modo que ainda existe diversidade tanto na criação local como no plantio. Desta forma verifica-se uma alta produção de mandioca, milho e soja, sendo estes seguidos pela cana-de-açúcar, batata-inglesa, batata-doce, fumo e trigo. Assim, percebe-se que além das produções que visam fundamentalmente os destinos externos às propriedades, tem-se ainda a criação de animais que buscam basicamente saciar o consumo da família residente no domicílio. No entanto, está cada vez mais difícil saber até onde vai o setor comercial ou o setor de auto provisão, principalmente por consequência do processo de mercantilização do espaço rural, onde os valores de usos por parte de muitos grupos domésticos foram convertidos em mercadorias (LOVISOLO, 1989).

Nesse sentido, é interessante a perspectiva de Sacco dos Anjos et. al. (2004), que consideram que o autoconsumo familiar trata de produtos ou processos que atendam fundamentalmente as necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar. Esses autores ainda enfatizam as emblemáticas formas em que cristalizam estes vínculos com a natureza cultural do processo de auto provisão que é dada à luz da formação social do Brasil Meridional com o assentamento dos imigrantes europeus não ibéricos e com as transformações operadas ao longo do tempo no qual se consolidaram as formas familiares de produção.

Assim, pode-se considerar, tendo por base Grisa (2007), Tedesco (1999) e Woortmann (1995), que o autoconsumo faz parte da agricultura familiar e, mais do que isso, é um traço fundamental associado à tradição camponesa Europeia implantada no sul do Brasil. Desta forma, a auto provisão está arraigada nos costumes familiares de assegurar uma dieta não somente rica em termos de diversidade e qualidade dos alimentos, mas, sobretudo, que esteja apoiada num processo de produção desencadeado nos limites do terreno de que dispõem os grupos domésticos.

Mas, com advento da modernização agrícola, Sacco dos Anjos et. al. (2004) consideraram que algumas tradições da agricultura familiar no Brasil Meridional são abandonadas, como as práticas vinculadas ao autoconsumo (hortas, pomares, pequenas criações e transformação caseira). Entrementes, com a crise da agricultura, há certos indícios de que se estaria em marcha uma revitalização do tema do autoconsumo.

A partir disso, pode-se considerar que os produtos com destinos atrelados servem para reconhecer se as famílias pertencentes aos grupos domésticos em análise possuem ainda laços da agricultura familiar/camponesa ou não.

3 ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES

Nas condições atuais do mundo, o espaço está chamado a desempenhar um papel determinante na escravidão ou na libertação do homem. As relações entre o homem e a natureza são o problema central no nosso tempo, porque não podemos saber como se dão as relações entre um homem e outro fora do conhecimento das relações entre o homem e a natureza. Sendo que o estudo do espaço na perspectiva da dinâmica da sociedade que cria, produz e vive este espaço, em sintonia com a dinâmica da natureza utilizada pelos grupos humanos que dela se apropriam e a transformam. “É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza.” (CORRÊA, 1998, p.54).

O estudo da sociedade através das relações que nela se dão e da apropriação que se faz da natureza para produzir a partir de um determinado modo de produção, a sua reprodução e transformação são aspectos de primordial relevância para o entendimento da organização espacial. Nos primórdios da existência humana o homem retirava da natureza apenas o que necessitava para sobreviver, submetendo-a e adaptando-se a ela. À medida que evoluiu, técnica e cientificamente, o homem foi atingindo novos estágios.

Produto da ação ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social, consequência do trabalho. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra. Como o trabalho e a sua divisão dão-se em um determinado tipo de sociedade com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e um modo dominante de suas relações, a organização espacial resultante refletirá estas características básicas da sociedade (CORRÊA, 1998, p.67).

No Rio Grande do Sul alguns municípios ainda possuem grande parte da população no meio rural, apesar disso se percebe nitidamente um acentuado e contínuo êxodo rural. Os últimos anos representaram um período de construção, onde diversas ações e projetos foram

efetivados pela EMATER e as mais variadas parcerias materializaram experiências na produção ecológica. Também foram exitosos os diagnósticos construídos junto aos agricultores e suas organizações, privilegiando métodos participativos, permitindo que esses agricultores tornem-se sujeitos dos projetos de desenvolvimento.

3.1 Novas alternativas na agricultura

Um aspecto importante na consolidação da proposta de desenvolvimento rural sustentável têm sido os programas de governo existentes, que na sua concepção, já contemplam essa proposta de desenvolvimento. Nesse sentido, têm-se projetos como RS Rural construído de forma participativa e orientado para o desenvolvimento local, para a sustentabilidade e para a agregação e distribuição de renda. Tudo isso pautado na questão ambiental. A ideia de uma agricultura sustentável revela a insatisfação com as práticas atuais e o desejo social de outras que conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde.

Essa noção de agricultura sustentável contém a visão de um sistema produtivo de alimentos e fibras que garanta: a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; otimização da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Aos poucos já se começa admitir que a agricultura precisasse ser sustentável – até porque se tornou impossível desqualificar a preocupação com a saúde e os recursos naturais. Paralelamente, os praguicidas, plásticos e sementes transgênicas são apresentados como caminhos salvadores. Não será fácil implantar uma agricultura que preserve os recursos naturais e o meio ambiente, já que as soluções consideradas sustentáveis são específicas dos ecossistemas e exigentes em conhecimento agroecológicos, portanto, de difícil multiplicação. São raras as práticas sustentáveis que podem ser adotadas em larga escala.

É preciso assinalar ainda que como sustentabilidade significa preservação do capital ambiental oferecido pela natureza, os possíveis usos ou funções do entorno físico, as dificuldades de aplicação prática da definição e os problemas de uma vinculação à ideia de desenvolvimento. Isso deve ser visto como desafio, não como expedientes que possam diminuir seu valor heurístico e seu profundo sentido ético.

Neste sentido, o ano de 2000 representou o começo de uma grande mudança, no sentido de promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos

princípios agroecológicos, através de ações de assistência técnica e de extensão rural. Mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Uma alternativa importante é a busca de um processo com base na recuperação e valorização da profissão de agricultor. Pois, nos últimos tempos o agricultor tem sido marginalizado e esquecido em função de uma concepção de desenvolvimento para a qual o que importa é o mercado. É necessário, portanto, buscar ações que estejam voltadas para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, prevendo o resgate da dignidade da profissão de agricultor e da atividade agropecuária, incluindo novamente estes agricultores que estavam sendo excluídos do processo produtivo.

Essa mudança estabelece a saída do padrão estabelecido pela revolução verde para a busca de um desenvolvimento rural sustentável, como forma de reverter um pouco a nossa situação atual, como a questão da degradação ambiental, melhoria da qualidade dos alimentos e a diminuição e dependência dos agricultores dos insumos químicos industriais. Já está se começando a perceber mudanças direcionadas para a produção agroecológica. Mas é importante perceber que a agricultura ecológica não se presta aos interesses das multinacionais do ramo agrícola, pois está mais voltada a realidade local. Sendo uma forma de encarar a crise social e ecológica na região, restaurando assim o curso alterado da evolução social e ecológica.

A agricultura é um processo de construção social e que, portanto, são as famílias rurais que devem assumir o papel de sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades. A agricultura familiar, que na realidade estudada, tanto em nível de região ou município, poderá ser a melhor alternativa, trazendo perspectivas novas à realidade vivida. Porque, é aquele tipo de agricultura desenvolvida por agricultores de pequenas áreas, cujo trabalho é desenvolvido pela família. E as relações de cooperação e organização comunitária, normalmente, são mais intensas nesse tipo de agricultura. Outra característica é a diversificação da produção e a grande capacidade de ocupação de pessoas e de produção de alimentos.

No entanto, a agricultura familiar não é importante somente pela produção de alimentos e ocupação da grande maioria da mão-de-obra do meio rural, mas também pela forma de uso da terra, da organização social e produtiva que desenvolve. Fazendo este segmento responder melhor em relação as necessidades sociais, econômicas, de produção e de preservação ambiental. Mas, no entanto, vem enfrentando dificuldades, devido ao modelo

econômico e de desenvolvimento adotado no país. A inexistência ou a inadequação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar contribuem para agravar a crise do setor.

Importa compreender, desde o início, que agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução, e funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Com certeza, se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista.

Com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável ao pequeno produtor é sinônimo de prosperidade, de produção, de renda, de emprego e de proteção ao meio ambiente.

Para assegurar todos esses fatores, é fundamental a integração de toda a família, mulheres, jovens e crianças nas tomadas de decisões e nas atividades produtivas e num sistema de produção diversificada e integrada. Para que um sistema natural mantenha o constante equilíbrio é urgente ter-se uma educação que reflita criticamente, formando cidadãos responsáveis com competências para atuarem neste processo de conscientização e conservação da natureza, para seu próprio bem estar e de toda sociedade.

Neste sentido, uma alternativa interessante está ligada a melhoria dos solos, pois é base na produção agroecológica e indispensável em qualquer atividade produtiva. No entanto, para isso é necessário mudarmos o jeito de trabalhar com a terra. A terra é viva e merece cuidados e não o uso de venenos e adubos que matam e que acabam com todos os seres vivos. Esta atividade de conservação e recuperação dos solos é uma tarefa que não pode mais ser adiada, senão estamos comprometendo a capacidade de produção futura e de vida das próximas gerações. No entanto, se faz necessário a utilização da adubação verde na produção agroecológica com o objetivo principal de recuperação e estruturação do solo. Pois, traz inúmeros benefícios e possibilita produções mais saudáveis.

Portanto, o manejo ecológico do solo consiste em: cultivar o solo de acordo com a sua aptidão agrícola; corrigir a fertilidade e adubar as culturas com resíduos vegetais e orgânicos; trabalhar o solo com manejo mínimo e em sistemas de rotação de culturas intercaladas com plantas de cobertura e melhoradas; controlar as plantas indesejáveis, as pragas e as doenças com o mínimo de agrotóxicos.

A agricultura ecológica é considerada como um conjunto de técnicas e de sistemas de manejo voltado para a produção de alimentos diversificados, saudáveis, de alto valor biológico e que causem menor impacto possível sobre o meio ambiente, conforme a pesquisadora Meirelles (2005) do Centro Ecológico do RS.

Silva (2003, p. 68) entende que “é através da democratização das políticas públicas que se pode caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja sustentável do ponto de vista ecológico e mais equitativo do ponto de vista social e econômico”. Ainda se expressa sobre a importância desse movimento por uma agricultura alternativa alertando que não está ao nível da “produção da produção”, mas da “produção da consciência”. Não se trata de gerar outras técnicas, não se trata de gerar novas tecnologias ditas “alternativas”. Trata-se, isso sim, de gerar outra consciência, de gerar novas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. Trata-se, enfim, de produzir, através do debate sobre a “agricultura alternativa”, novas formas ideológicas “pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim”.

Uma forma de buscar soluções será de adotar o sistema de produtos diversificados e atividades integradas. Essa diversificação pode ser analisada sob o aspecto da diversificação de produtos, de forma que o produtor não dependa de uma única alternativa de renda, evitando problemas de inadimplência, pois garante um melhor equilíbrio e estabilidade econômica, e da produção como oportunidade de agregar valor aos produtos primários.

Sabe-se que os agricultores ficaram presos por muito tempo ao que as análises de solos recomendavam e perderam em grande parte a capacidade de observação e de buscar a solução a partir de medidas simples. Nestes casos a utilização da adubação orgânica, através dos esterco é fundamental tanto na estruturação do solo quanto no uso de pastagens, hortaliças, frutas e cereais. Pode-se perceber que a maioria das propriedades rurais do município tem estrutura mais organizada e outros mais simples. Há necessidade de se produzir esterco na propriedade. Integrando assim, produção vegetal e animal.

Para contrapor a esse mundo globalizado, existe todo um processo de regionalização sociocultural, que se caracteriza pela defesa dos recursos ambientais e culturais, através do qual se buscam alternativas para sobreviver ao processo de globalização.

Esse fenômeno tende a renovar a importância do local, a fim de estimular culturas regionais e abrir caminhos para a participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo assim, a adaptação rápida perante as constantes mudanças provenientes do dinamismo global. Pois o desenvolvimento regional não depende necessariamente de novos financiamentos, mas sim de valorizar o que já existe, pois cada região possui potencialidades que são necessárias para construir seu próprio desenvolvimento, mas não existem fórmulas prontas.

O desenvolvimento regional caracteriza-se por um processo localizado de mudança social, que tem como finalidade a melhoria permanente da qualidade de vida da comunidade

como um todo e de cada indivíduo inserido nela e participante da mesma. Um processo de desenvolvimento regional sustentável deve levar em conta o ser humano, os aspectos econômicos e o equilíbrio ambiental, isto é, contemplar as necessidades e aspirações da coletividade regional. O desenvolvimento que possibilite o surgimento de regiões sustentáveis, autônomas e capazes de suprir as suas próprias necessidades e desenvolver suas potencialidades específicas.

A seguir, podem ser conferidas algumas ações que poderiam ser implementadas nas comunidades para desenvolvê-las cada vez mais, reconhecendo as potencialidades e buscando assim a solução de problemas enfrentados nas pequenas propriedades rurais. Ações de caráter coletivo e que pela simplicidade podem ser realizadas pela própria comunidade bastando, apenas, um pouco de boa vontade. Possibilidades como:

a) Artesanato

Esta ação poderia beneficiar famílias de baixo poder aquisitivo, gerando vários empregos diretos, encontrando nesta atividade uma excelente alternativa de incrementar a renda familiar. Pois se constatam que nas comunidades há um grande número de pessoas, especialmente mulheres do meio rural, que na maioria das vezes desenvolvem em seu ambiente familiar diversas atividades de artesanato doméstico. Então, pode-se criar um grupo que tenham pessoas capazes de trabalhar em conjunto. Tendo como objetivo e desafio encontrar alternativas para implementação de uma produção em escala comercial.

b) Agroindústria – Fruticultura

Entre os aspectos que podemos considerar está a forma de colonização da região, que tem principalmente nas etnias europeias uma cultura alimentar onde as frutas e seus derivados como sucos, schmiers, geleias e conservas são uma tradição. Podemos ter uma grande alternativa na fruticultura, ainda mais se for cultivada no sistema agroecológico, ou seja, sem o uso de qualquer agrotóxico. Esta atividade agrega mão-de-obra na produção e também na transformação, e se compararmos um hectare de fruta com um hectare de lavoura anual, é fácil verificar que teremos maiores possibilidades de geração de emprego e renda na fruticultura.

São possibilidades que podem garantir uma maior renda e uma maior necessidade de mão-de-obra por hectare, melhorando a situação dos agricultores familiares que podem fazer destas alternativas suas atividades econômicas.

c) Olericultura

A atividade de olericultura poderia ser ampliada para atingir um público maior, através do uso de estufas plásticas, trabalhando assim na produção de hortigranjeiros. Os produtos

produzidos poderiam suprir a demanda dos comércios locais (mercados) ou também servir para a utilização da merenda escolar. E até ser comercializado em municípios vizinhos. Acima de tudo conscientizar os produtores, quanto a evitar o uso de venenos, desenvolvendo uma produção com princípios agroecológicos.

d) Agroindústria do melado e rapadura

Para fugir da crise provocada pela agricultura que afeta principalmente os pequenos agricultores, estes que muitas vezes tomam decisões precipitadas, deixando tudo e migram para as cidades, aumentando neste contexto ainda mais o número de subempregados e favelados. Na verdade, nem sempre restam muitas alternativas de sobrevivência digna a estes produtores. Mas para aqueles que tomam realmente a decisão de mudar seus hábitos, valores, crenças e o próprio rumo de suas vidas sempre encontram uma brecha, adotando novas alternativas para construir uma vida melhor, em suas próprias propriedades.

Uma nova tentativa pode ser à produção de melado e rapadura, para ser comercializado em outros municípios. Depois que o produtor tiver boa aceitação no mercado consumidor pode-se abrir novas perspectivas, tanto em relação à maneira de se produzir como também na comercialização. Pois, as agroindústrias contribuem na geração de mais empregos, aumento da renda e melhores condições de vida para várias famílias.

Além das alternativas sugeridas acima, várias outras poderiam ser citadas para contribuir no desenvolvimento do município e das pequenas propriedades rurais.

3.2 Agroindústria familiar: um breve resgate histórico

Uma das primeiras tentativas teóricas de caracterizar a agroindustrialização ocorreu com Kautsky (1945), Marx (1987) e Lênin (1992) quando estes definiram a agroindústria rural como sendo todas as atividades de manufaturas realizadas nas unidades de produção camponesa e que depois, com o aumento da divisão social do trabalho, passaram a ser desenvolvidas na cidade. Mas, com a subordinação do camponês ao capital através da separação entre a manufatura e a agricultura, os estudos sobre a agroindústria perdem espaço no meio acadêmico.

Nas últimas décadas do século XX as discussões a partir desta temática começaram a se reformular tendo por base os novos contextos que haviam se constituído. Mesmo que o tema da agroindustrialização no meio rural não tenha se apresentado de modo majoritário no debate acadêmico sobre agricultura camponesa/familiar durante a década de 1980 e início dos anos 1990, deve-se advertir que essa discussão já estava presente em alguns poucos estudos dedicados ao contexto latino-americano (REQUIER-DESJARDINS, 1999).

O tema da agroindústria rural ressurgiu somente nos anos oitenta na literatura da economia camponesa, onde, no princípio, se concebeu a agroindustrialização familiar como um meio para reforçar o controle do agricultor latino-americano sobre a criação de valor agregado na cadeia de produção: supunha-se que, processando ao menos parte do produto bruto, ter-se-ia a oportunidade de reter uma porcentagem mais elevada de valor agregado, o que permitiria aumentar o nível de ingresso.

Em coerência com a teoria de Requier-Desjardins, Mior (2005, p. 191) considera a agroindústria familiar rural como sendo “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

Já Boucher e Riveros (1995, p. 14), em uma concepção geral com vistas a uma agricultura latino-americana, detalha a agroindústria familiar como sendo uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção das economias camponesas. Essa atividade produz valor através da execução de tarefas internas envolvendo os produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como a seleção, a lavagem, a classificação, a armazenagem, a conservação, a transformação, a embalagem, o transporte e a comercialização.

Considerando essas alternâncias de funções dentro das unidades familiares após a implementação do processamento da produção com vista à comercialização. Nesta mesma perspectiva, Schneider (2005) acaba considerando a agroindústria familiar como uma forma de pluriatividade para-agrícola, que na verdade resulta de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados). Tal produção é obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora, onde o destino é a comercialização. A denominação para-agrícola usada por esse autor ocorre à medida que este tipo de produção cresce, superando o autoconsumo familiar, e passa a ocupar espaços independentes do âmbito doméstico. Desta maneira se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, possibilitando a firmação de que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura, gera a pluriatividade.

Apesar das crescentes contribuições, pode-se dizer que existe pouca clareza analítica em relação ao objeto que se pretende estudar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando o tema abordado trata da agroindustrialização da agricultura familiar. E, nestes debates, é visível que a definição de um conceito para as agroindústrias

familiares ainda é recente e, ao mesmo tempo, obscuro e nebuloso na literatura brasileira (WESZ JUNIOR, 2006). Visto que, este conceito “leva tanto em consideração os aspectos qualitativos, bem como os quantitativos, dependendo da realidade temporal e espacial e das condições socioeconômica e mercadológica à qual o empreendimento estiver inserido” (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2006). Com isso, se torna arriscado elaborar um conceito único e a viabilização de um modelo pré-definido, mas já é visível que entre todos os conceitos citados existem várias afinidades.

Deste modo, a agroindústria familiar varia conforme as características do contexto territorial e temporal em que estiver inserida, mostrando-se heterogênea e diversificada, tanto na escala de produção como na estrutura produtiva. Da mesma forma, seu surgimento está ligado às estratégias sociais e produtivas dos agricultores familiares e demais membros, sejam eles ligados por vínculos de parentescos ou de reciprocidade (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2006).

3.3 A Agroindustrialização como uma opção

Durante anos, no Brasil e no mundo, buscaram-se alternativas que gerassem condições e oportunidades de trabalho e renda no campo, com a inclusão do jovem e da mulher trabalhadora rural nas atividades produtivas. Todas essas ações deveriam possibilitar a manutenção e a reprodução social das famílias no campo, com qualidade de vida. Ou, de um modo geral, que combatessem a pobreza, o desemprego e o êxodo rural. Destas a ideia de implantação de agroindústrias familiares começou a ganhar ênfase em várias pesquisas e trabalhos. Porém, ela não representa uma solução de todos os problemas e das necessidades dos agricultores.

Ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas, que busquem construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar. (TRENTIN, 2001).

De fato, sabe-se que a agroindústria é uma das principais geradoras de empregos diretos e indiretos por unidade de capital investido. Dados recentes do Departamento Econômico do BNDS e do IBGE mostram claramente esta característica no caso brasileiro, onde, para cada milhão de dólar investido, os empreendimentos agropecuários e agroindustriais chegam a gerar 118 a 182 empregos. Nesta mesma perspectiva existe um volume de cerca de 80% a mais do que os investimentos em um segmento tradicionalmente intenso em ocupação de mão-de-obra, como o setor comercial.

Deste modo, os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante, na atividade agropecuária, como a jusante, na

estrutura de comercialização de serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis aos investidores com menor disponibilidade de capital. (TRENTIN, 2001).

Outros benefícios sociais importantes dos empreendimentos agroindustriais familiares são gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias.

As indústrias (complexos agroindustriais) transferem toda a renda da população para os grandes centros, enquanto a agroindústria familiar, além de distribuir a renda entre os agricultores, gera empregos em varias regiões. Assim, em um modelo descentralizado, contando com várias micro e pequenas agroindústrias por ramo em comunidades e distritos diferentes os níveis de desenvolvimentos são maiores. Além de que, outros agricultores podem oferecer a matéria-prima diminuindo os custos da agroindústria e aumentando os lucros dos agricultores.

A qualidade do produto, geralmente, será melhor, diferenciada e de origem conhecida quando valoriza a cultura local e regional, como diferencial a ser reforçado e preservado. Consorciado a recuperação dos mananciais hídricos, do meio ambiente e da natureza, dá-se maior ênfase na agroecologia. No aspecto social são valorizados o associativismo e o cooperativismo.

Conforme verificado, de um modo geral, os municípios agrícolas necessitam da agroindústria familiar para a sustentabilidade socioeconômica e para o desenvolvimento regional. As pequenas agroindústrias familiares, por estarem mais bem distribuídas geograficamente, e não concentradas em grandes polos, conseguem realizar com maiores vantagens os seus objetivos indiretos. Estas vantagens, de acordo com a ótica de Prezotto (2002), se dariam por vários fatores, tais como: maior descentralização da produção e do desenvolvimento; redução dos custos de transportes e de produção; utilização adequada dos dejetos e resíduos, reduzindo a poluição; geração de postos de trabalho e renda, envolvendo mais pessoas no desenvolvimento; diminuição do êxodo rural; recuperação e preservação ambiental; aumento da arrecadação de impostos, especialmente nos pequenos municípios, etc.

Fato que vem se intensificando a partir das últimas décadas, e que pode ser notado a nível mundial é a subdivisão, o desdobramento de grandes corporações em unidades menores, seja através de parcerias e de terceirizações ou de diversas outras formas. Nesta mesma linha

de pensamento, este fenômeno acontece devido à necessidade cada vez mais acirrada que as corporações têm de flexibilidade, inovação e competitividade, e o gigantismo e a burocracia constituem efetivos entraves para o alcance destas “necessidades”. “A pequena e média empresa conseguem com maior facilidade satisfazer a necessidade de especialização com a busca da fragmentação de atividades capaz de integrar adequadamente tecnologia, qualidade e redução de custos.” (CHIAVENATO, 1995, p. 3).

Nota-se um grande empenho em promover e incentivar atividades de verticalização da cadeia produtiva e atividades não agrícolas no meio rural. Verificam-se incentivos, nesse sentido, tanto por entidades privadas, como ONGs, sindicatos, Federação, etc., como por programas governamentais, como o PROGRAMA DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR (2002), no Estado do Rio Grande do Sul, e o PROGRAMA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (2003), do Governo Federal.

Segundo Brasil (2002), os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante da agropecuária, na própria atividade agropecuária, como a jusante da produção rural, na estrutura de comercialização e serviços, e reflete-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis aos investidores com menor disponibilidade de capital. Outros benefícios sociais importantes dos empreendimentos agroindustriais são gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias.

No caso específico da cadeia produtiva de grãos, dependendo do objetivo e estratégias utilizadas para o beneficiamento, comercialização e utilização destes, esta interação pode apresentar-se muito significativa. É o caso da produção de grãos, no contexto da agricultura familiar, para o beneficiamento e extração de derivados como óleo bruto filtrado (óleo de cozinha) e a produção de biodiesel. A produção de grãos com este objetivo pode potencializar uma melhor remuneração para os agricultores, por oferecer um valor agregado aos produtos. Além disso, os resíduos sólidos, também conhecidos como “torta”, que, dependendo do tipo de grão utilizado (soja, milho, mamona, amendoim, etc.), pode apresentar-se como um importante ingrediente na formulação de rações para os suínos. Também a produção de suínos

pode fornecer dejetos que, corretamente manejados, podem servir de excelente adubação para as lavouras de grãos.

Interação igualmente interessante de ser pensada, no contexto da agricultura familiar, seria entre as produções de suínos, leite, grãos e cana-de-açúcar e seus derivados (melado, açúcar mascavo, rapadura, cachaça, álcool combustível, etc.). Onde os suínos e o gado leiteiro poderiam estar fornecendo seus dejetos para as lavouras de grãos, cana-de-açúcar e para as pastagens. Neste contexto, os beneficiamentos dos grãos poderiam fornecer a “torta” para a formulação de rações para os suínos e gado leiteiro, e os resíduos dos beneficiamentos da cana-de-açúcar poderia ser utilizado na complementação do trato para o gado leiteiro, formando assim uma simbiose sistêmica e ecologicamente sustentável.

Estas interações e utilizações de dejetos e resíduos de uma atividade como insumos e rações em outra pode, se corretamente realizada, diminuir os possíveis impactos ambientais que estes poderiam vir a causar. Um das preocupações que se tem, quando se pensa na cadeia da suinocultura, por exemplo, é a contaminação dos cursos de água e do lençol freático com os seus dejetos. Mas caso haja um correto sistema de armazenamento e de “cura” (curtir), estes dejetos podem ser utilizados como adubação, ou ainda na produção de energias renováveis através do sistema de biodigestores.

Dado o exposto nesta discussão temática, pode-se intuir que o cuidado em relação as contaminações e degradações ambientais deve sempre estar no centro dos debates da cadeia, pois sua influência recai sobre as questões sócio ambientais e de sustentabilidade, uma vez que as cadeias produtivas entrelaçam suas atividades e objetivos.

REFERÊNCIAS

BOUCHER, François; Hernando RIVEROS. “La Agroindustria rural de América Latina y del Caribe”, **tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto**, PRODAR - documento de trabajo. San José de Costa Rica, 1995.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Ijuí, RS: Vozes e Fidene, 1988.

CORRÊA, L. R. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

EMATER, Escritório Municipal da. **Levantamento de Dados e Informações do Município de São Paulo das Missões**. 2000.

FAO/INCRA. **O perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1995.

GRISA, Catia. 2007. **A produção “pro gasto”**: um estudo-comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IBGE CIDADES. Rio Grande do Sul, **São Paulo das Missões**. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 1995/1996. **Censo Agropecuário**.

LAMARCHE, H. (coord.) A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

LEGISLAÇÃO Municipal do município de São Paulo das Missões – RS

LIMA, Arlindo. et al. **Administração de Unidades de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Unicamp, 1989.

MEIRELLES, Ana. Centro ecológico do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.centroecologico.org.br>> Acessado em 03 Abr. 2011.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NEDEL, Airton Moacir. **São Paulo das Missões**. Teu Passado e Nossa História. Cerro Largo: Gráfica Lenz. Publicação própria. S/d.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Agroindústria Familiar: gerando trabalho e renda no campo e na cidade. **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**: Departamento da Agroindústria, Cooperação e Comercialização do Estado do Rio Grande do Sul. Cadernos Temáticos – Nº. I: Porto Alegre, 2002.

A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados**: ¿Cuáles puestas? Quito: PRODAR, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. En: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Textos para Discussão. Brasília/DF, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e o ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRENTIN, I. C. L. **Avaliação e Acompanhamento da Gestão de 20 Agroindústrias Familiares da Região das Missões/RS**. São Luiz Gonzaga, 2002.

O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural. Porto Alegre: UFRGS Dissertação de Mestrado do PGDR. 2001.

Diagnósticos da Região das Missões/RS. São Luiz Gonzaga. 2002.

TRENNEPOHL, D. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 168p. Dissertação de Mestrado.

TRENNEPOHL, D. **Avaliação da contribuição potencial das principais atividades agropecuárias para o desenvolvimento econômico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2010. 216p.

TRENNEPOHL, D.; ALVES, L. R. & FLORES, A. J. **Análise das características regionais e setoriais da evolução do valor bruto da produção agropecuária municipal no Rio Grande do Sul entre 1970 e 1996**. In: PAIVA, C. A. N. (Coord.). *RS em Mapas e Dados*. Porto Alegre: FEE, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J. "O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios no noroeste gaúcho". **Monografia** (Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga, 2006.

WESZ JUNIOR, Valdemar; Iran Carlos TRENTIN; Eduardo FILIPPI. "A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução social das famílias rurais". En: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVII**. Fortaleza/CE. Brasília: SOBER, 2006.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.